

CÂMARA MUNICIPAL DE
GUARANTÃ DO NORTE - MT

PROTOCOLO Nº 2486 / 23

DATA 17 / 11 / 23



Estado de Mato Grosso

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-

**Matéria Aprovada por
Unanimidade dos Presentes**

Data 18 / 12 / 23

Rogério R. dos Santos
Visto

Rogério R. dos Santos
Diretor Legislativo
Port.: 206/2021

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/2023
DE 08 DE NOVEMBRO DE 2023.**

**“DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE COUVERT
ARTÍSTICO E A OBRIGATORIEDADE DE
COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS DOS
VALORES.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE,
ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E O PREFEITO
MUNICIPAL AQUIESCENDO, SANCIONARÁ A
SEGUINTE LEI:**

O Prefeito Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Guarantã do Norte, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do tipo restaurante, lanchonete, casa noturna, bares e congêneres, que oferecem serviços de couvert artístico, deverão afixar em local de visível acesso ao consumidor a descrição clara do preço cobrado e seus horários.

§ 1º Para fins desta Lei, entende-se como couvert artístico a taxa preestabelecida em que o cliente paga pela música, show ou apresentações ao vivo de qualquer natureza cultural e artística.

§ 2º O aviso colocado pelo estabelecimento deverá ter as dimensões mínimas de 50 (cinquenta) centímetros de altura e 40 (quarenta) centímetros de largura.

§ 3º O estabelecimento comercial somente poderá cobrar o couvert artístico se anteriormente informar ao cliente o valor ou mantiver afixado em local de fácil visibilidade o valor a ser cobrado, havendo, no mínimo, 20 (vinte) minutos ininterruptos de apresentação musical ou artística.



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

§ 4º A apresentação artístico-musical deve ser contínua ou intercalada por 60 (sessenta) minutos, no mínimo.

Art. 2º Fica vedada a cobrança de couvert artístico para músicas ambiente, playback e exibição de jogos esportivos, lutas e shows em telas.

Art. 3º Fica vedado aos estabelecimentos descritos no art. 1º a cobrança do serviço de couvert artístico ao consumidor que se encontre no estabelecimento em área reservada ou em local que não possa usufruir integralmente do serviço sem que o mesmo tenha solicitado.

Art. 4º A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Luiz Mena, Guarantã do Norte - MT, 15 de novembro de 2023.


SANDRA MARTINS
Vereadora Autora

DESPACHO
Comissão de Constituição e Justiça
Para Exarar Parecer
Data <u>11/12/2023</u>

Rogério Vistos Santos
Diretor Legislativo
Port.: 206/2021



Estado de Mato Grosso
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 – Centro C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

MENSAGEM JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 027/2023.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Servimo-nos da presente, para submeter à apreciação e aprovação do Plenário, o anexo do PROJETO DE LEI Nº 027/2023, que “DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE COUVERT ARTÍSTICO E A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS DOS VALORES”, com o seguinte pronunciamento:

O vigente projeto de lei tem por objetivo resguardar o consumidor de eventuais constrangimentos e desentendimentos causados pela não ciência da exigência do pagamento do couvert artístico. Muitos restaurantes, bares e casas noturnas cobram o referido valor quando oferecem apresentação, geralmente musical, de algum artista enquanto há consumo no local, ou seja, nada mais é do que um acréscimo no valor na conta pela apresentação artística no local.


A cobrança do couvert ocorre sempre que há música ao vivo ou outra manifestação local. Porém, deve-se atentar para o direito do consumidor à informação prévia, ponto muito importante que, inclusive, torna este tipo de cobrança ilegal se não comunicada.

O inciso III do art. 6º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) é claro: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; o não cumprimento da lei pode ser configurado como prática comercial abusiva. Ademais, segundo o artigo 39, parágrafo único do CDC o ideal é que o estabelecimento informe as datas e horários das apresentações artísticas e o valor que será cobrado por pessoa.

Caso não conste o esclarecimento, o consumidor poderá recusar o pagamento do "couvert" artístico. A informação referente à cobrança deve ser prévia, clara, precisa e estar afixada logo na entrada do estabelecimento e no cardápio, inclusive com o valor, como está disposto em lei. Dessa forma o cliente não é surpreendido com a cobrança do couvert no final da conta, tendo seus direitos preservados.

Ante ao exposto, conclamo o apoio dos nobres colegas para que se manifestem de acordo com o presente Projeto de Lei.

Plenário das deliberações, Câmara Municipal de Guarantã do Norte, 15 de novembro de 2023.


SANDRA MARTINS
Vereadora Autora



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PROCURADORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO

Guarantã do Norte-MT, 21 de Novembro de 2023.

Requerente: Câmara Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
Solicitante: Rogério Rodrigues dos Santos.
Diretor Legislativo

Assunto: Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo n.º 027, de 08 de Novembro de 2023.

Iniciativa: Vereadora SANDRA MARTINS

Parecerista: Dr. João Carlos Vidigal – OAB/MT 21.105/O

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei do Legislativo n.º 027/2023, de autoria da Vereadora Sandra Martins, onde dispõe sobre a cobrança de couvert artístico no município de Guarantã do Norte, e dá outras providências.

A matéria como já demonstrado, pretende evitar constrangimentos aos consumidores de nosso município, pelo não conhecimento da exigência do pagamento de couvert artístico nos estabelecimentos comerciais mencionados. Destaca que a matéria está em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, pois garante o direito à informação prévia e clara aos clientes, que não serão surpreendidos com a cobrança.

Assim, constatamos que o tema envolve questões relacionadas com o comércio e os mecanismos de defesa comercial. O parecer opina sobre o conteúdo da proposição considerando



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

a relação entre custos e benefícios, efeitos positivos e negativos, encargos para os cidadãos e a relevância social da matéria. Quanto ao mérito um projeto de lei é conveniente quando seu conteúdo jurídico produz um resultado que atenda à finalidade pretendida que é a satisfação do interesse público. Apesar de não existir no Brasil uma lei que regule especificamente o dever de informação, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) disciplina regras capazes de proteger o sujeito em estado de vulnerabilidade nas relações de consumo.

Segundo a doutrina, a obrigação legal de informação no CDC tem amplo espectro, pois não se limita ao contrato, abrangendo também qualquer situação na qual o consumidor manifeste seu interesse em adquirir um produto ou requerer um serviço.

Para que seja promovida a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, o CDC estabelece, em seu artigo 4º, que os consumidores devem ter as necessidades atendidas com respeito à sua dignidade, saúde e segurança, proteção de seus interesses econômicos, melhoria da sua qualidade de vida, transparência e harmonia das relações de consumo.

No artigo 6º, o CDC prevê como direito básico do consumidor a obtenção de informação adequada sobre diferentes produtos e serviços, como a especificação correta de quantidade, as características, a composição, a qualidade, os tributos incidentes e o preço, incluindo os eventuais riscos que tais produtos ou serviços possam causar.

O consumidor necessita (no sentido de ter o direito) de ser amparado pelo fornecedor, seja em relação aos esclarecimentos, reclamações pelos vícios, pelos defeitos, para que conseqüentemente haja relação de confiança entre as partes. A publicidade, portanto, passou a ser um dos elementos essenciais da relação entre fornecedores e consumidores, logo a colocação de placas informativas dos valores cobrados a título de couvert artístico nos estabelecimentos comerciais do tipo restaurante, lanchonete, casa noturna, bares e congêneres evitando eventuais constrangimentos dando maior segurança nas relações comerciais.

Pelas razões aqui acostadas, não existe óbice para a aprovação da proposta, opinando assim pelo seguimento do presente PL, pois atende os requisitos da conveniência, oportunidade e utilidade pública e legalidade.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

À luz do que fora exposto, esta Procuradoria Jurídica Legislativa opina pela boa técnica legislativa e juridicidade do projeto de lei do legislativo n.º 027/2023, concluindo-se também pela legalidade e constitucionalidade do projeto, inexistindo vícios de iniciativa, estando, portanto, **APTO** à tramitação pelas Comissões competentes e deliberação plenária.

Sob a responsabilidade do meu grau, e *salvo melhor juízo*, **EIS O PARECER**, qual com todo acato e respeito, devolvo ao Diretor Legislativo para consideração superior e posterior providências.

JOAO CARLOS
VIDIGAL SANTOS

Assinado de forma digital
por JOAO CARLOS VIDIGAL
SANTOS
Dados: 2023.11.22 14:05:04
-03'00'

JOÃO CARLOS VIDIGAL

Procurador Jurídico/Mat. 182
OAB/MT 21.105/O



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO

Sessão	21ª	Data	04 de dezembro de 2023	Horas	19:30
Ordinária	x				
Extraordinária					

Propositura	ATA	PLC	PLM	PLL Nº 027/2023
	PLCL	PDL	Indicação	Moção
	Outros:			

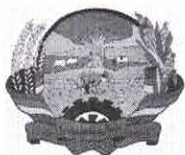
APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS
		X	

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	
2	David Marques Silva	
3	Demilson Camargo Martins	
4	José Ferreira de França	
5	Sandra Martins	X
6	Silvio Dutra da Silva	
7	Valcimar José Fuzinato	P
8	Valter Neves de Moura	
9	Zilmar Assis de Lima	

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não

Obs: Pelo antec!

Secretário "AD HOC"



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
Rua das Itaúbas, 72 – Centro, Fone: (66) 3552-1920/1407
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

CONTROLE GERAL DE VOTAÇÃO


Sessão	22ª	Data	18 de dezembro de 2023	Horas	19:30
Ordinária	x				
Extraordinária					

Propositura	ATA	PLC	PLM	PLL Nº 27/2023.
	PLCL	PDL	Indicação	
	Outros:			

APROVADA	REPROVADA	BAIXADO COMISSÃO	PEDIDO DE VISTAS
α			

Nº	Senhores Vereadores	Voto
1	Alexandre R. Ribeiro Vieira	✓
2	David Marques Silva	✓
3	Demilson Camargo Martins	✓
4	José Ferreira de França	✓
5	Sandra Martins	✓
6	Silvio Dutra da Silva	✓
7	Valcimar José Fuzinato	+
8	Valter Neves de Moura	✓
9	Zilmar Assis de Lima	A

AB	Abstenção
A	Ausente
P	Exercendo a Presidência
S	Sim
N	Não


Secretário "AD HOC"



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PARECER AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/2023

Autores Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER

Parecer ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2023 de Autoria da Vereadora Sandra Martins que **“DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE COUVERT ARTÍSTICO E A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS DOS VALORES.”**

Em análise ao Projeto de Lei do Legislativo 027/2023, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

A legislação que trata da cobrança de couvert artístico e da obrigatoriedade de placas informativas dos valores representa um avanço significativo na proteção do consumidor. Essas medidas promovem transparência nas despesas adicionais, permitindo que os clientes façam escolhas conscientes ao frequentar estabelecimentos com apresentações artísticas. Além disso, contribuem para evitar possíveis abusos ou falta de clareza por parte dos locais, fortalecendo a relação de confiança entre consumidores e estabelecimentos comerciais.

Em apreciação ao Projeto apresentado, e em consonância com o Parecer Verbal do Vereador Relator, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2023, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação, já que se encontra em total viabilidade, constitucionalidade e amparo legal.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 11 de dezembro de 2023.

Alexandre R. R. Vieira
Presidente

Silvio Dutra da Silva
Vice-Presidente

Demilson Camargo Martins
Relator



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PARECER AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/2023

Autor Vereador: Valter Neves de Moura.

Relator da Comissão de Agricultura, Meio Ambiente, Industria e Comercio.

PARECER

Parecer ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2023 de Autoria da Vereadora Sandra Martins que **“DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE COUVERT ARTÍSTICO E A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS DOS VALORES.”**

Em análise ao Projeto de Lei d Legislativo 027/2023, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

A regulamentação sobre a cobrança de couvert artístico e a exigência de placas informativas para divulgar os valores é fundamental para garantir transparência aos consumidores. Essas medidas irão assegurar que os clientes estejam cientes dos custos adicionais e tenham acesso às informações antes de consumir o serviço artístico, promovendo uma relação mais transparente entre estabelecimento e cliente.

Assim sendo a comissão emite parecer declarando como **Favorável** ao Projeto de Lei do Legislativo 027/2023.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 11 de dezembro de 2023.


Valter Neves de Moura
Presidente

Zilmar Assis de Lima
Vice-Presidente



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE
C.N.P.J. nº 24.672.909/0001-54

PARECER AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/2023

Autor Vereador: Valter Neves de Moura.

Relator da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização.

PARECER

Parecer ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2023 de Autoria da Vereadora Sandra Martins que **“DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE COUVERT ARTÍSTICO E A OBRIGATORIEDADE DE COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS DOS VALORES.”**

Em análise ao Projeto de Lei d Legislativo 027/2023, a Comissão emite parecer declarando da seguinte forma:

Em apreciação ao Projeto apresentado, e em consonância com o Parecer Verbal do Vereador Relator, decide a Comissão competente, por **EXARAR PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei do Legislativo nº 027/2023, e remeter ao Plenário desta Casa para a sua deliberação, e possível aprovação.

Assim sendo esse Relator emite parecer declarando como **Favorável** ao Projeto de Lei do Legislativo 027/2023.

É o parecer.

Guarantã do Norte, 11 de dezembro de 2023.

Demilson Camargo Martins
Vice-Presidente

Valter Neves de Moura
Relator